



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO
CONTRATO N° 006/2003-MP-PA

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE
SÍ CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO PARÁ e ELEVADORES ATLAS
SCHINDLER S/A.

Pelo presente instrumento o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, com sede à Rua. João Diogo nº 100, Belém-Pa, inscrito no CGC/MF sob o nº 05.054.960/0001-58, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Procurador-Geral de Justiça, Dr. FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA, brasileiro, casado, portador do CIC/MF nº096.995.112-49 e RG nº997.625, domiciliado e residente em Belém e **ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A**, com filial nesta cidade á Trav. São Pedro, nº737 – Batista Campos, inscrita no CNPJ sob o nº00.028.986/0015-03, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr. JOSÉ ELENILSON CRUZ, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador da cédula de identidade nº 2.015.714-SSP/GO, inscrito no CPF/MF nº479.827.561-15, residente e domiciliado nesta cidade, tendo em vista a Inexigibilidade de Licitação, têm, entre si, justas e contratados, consoante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO JURÍDICO

O presente contrato decorre de inexigibilidade de licitação nos termos do art.25, I, da Lei nº8.666/93 e as alterações introduzidas pela Lei nº8.883/94 e Lei nº9.648/98, bem como normas públicas e privadas que subsidiarem.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente Instrumento tem por objeto a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em 03 (três) elevadores de marca Atlas Schindler, nºs 52.035334/52.035335 e EEL128.728, instalados nos anexos I e II do Edifício Sede do Ministério Público do Estado do Pará.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR, PAGAMENTO E REAJUSTE.

3.1 - Pela execução dos serviços contratados, o CONTRATANTE efetuará à CONTRATADA, o pagamento mensal, em



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

moeda corrente, de valor equivalente a R\$ 2.835,25 (Dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos).

3.1.1 - Nos preços contratados, estão incluídas todas as despesas com mão de obra, auxílio alimentação, vale transporte , bem como, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, prêmios de seguro, taxas e outras despesas de qualquer natureza, que se fizerem indispensáveis à perfeita execução dos serviços objeto do Contrato;

3.2 - O pagamento mensal, será efetuado pelo Departamento Financeiro do Ministério Público, mediante depósito efetuado na conta corrente da CONTRATADA de nº 161.908-X, agência: 2797-X, Banco do Brasil, até o 5º (quinto) dia útil, subsequente ao mês da prestação do serviço, salvo atraso na liberação de recursos pela Secretaria da Fazenda, mediante a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, em até 03 (três) vias.

3.2.1 - Caso o CONTRATANTE, deixe de cumprir quaisquer de suas obrigações nos prazos e condições convencionados, decorridos o prazo máximo de 30 (trinta) dias da data do inadimplemento, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial será este Contrato considerado suspenso.

3.3 - O valor do Contrato, será irreajustável durante sua vigência. No caso de sua prorrogação Contratual, o reajuste terá por base a variação do IGPDI da FGV, em conformidade com o Art.11, §1º, da Lei nº8.880/94 e da Medida Provisória nº542/94 ou em caso de extinção deste o índice que vier a substituí-lo.

**CLAÚSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para as despesas previstas neste instrumento são oriundos da dotação orçamentária a seguir:

Atividade: 12101.03.122.0125.2902
Elemento de despesa: 3390-39

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - A vigência do presente termo é de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura;

5.2 - Este Contrato poderá ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério do Contratante, conforme preceito do art. 57, I e II e § 4º da Lei 8.666/93, caso em que o CONTRATANTE com a

A handwritten signature in black ink, appearing to be a name like "Fábio".



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

antecedência de até 30 (trinta) dias do término do Contrato, manifestará formalmente sua intenção.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Proceder inspeção mensal, por pessoal especializado, dos componentes elétricos e mecânicos dos elevadores, fazendo os ajustes e regulagens que forem necessários, bem como a lubrificação especial, tudo de acordo com as normas técnicas.

6.2 - Consertos ou substituições, sem ônus para o CONTRATANTE, em caso de desgaste devido ao uso normal, das peças e componentes dos elevadores, desde que a exaustão dos mesmos se verifiquem na vigência do presente, inclusive cabos de tração, cabos de manobra flexíveis, enrolamentos do motor, eixos sem fim e coroas de bronze para máquinas, reguladores de velocidade, sapatas de guias, cabos de aço para comando e reguladores de velocidade, contatos, carvões, instalações elétricas de comando na casa de máquinas (exceto o quadro de alimentação elétrica), de cabina, de caixa de corrida e de poço, conforme recomendado pelos técnicos da CONTRATADA, necessários a regularidade e segurança do funcionamento dos elevadores.

6.3 - Pronto atendimento aos chamados do CONTRATANTE, observando o horário estabelecido pela Assistência Técnica SCHINDLER para o funcionamento dos plantões. O atendimento aos chamados no período de plantão, só será feito se houver passageiros presos na cabina ou em casos de acidentes. Na hipótese de que a normalização do funcionamento venha requerer dispêndio de mão de obra em maior quantidade que a razoável para um SERVIÇO DE EMERGÊNCIA, ou que venha a ser necessária a utilização de materiais não existentes normalmente ao ESTOQUE DE EMERGÊNCIA, tal normalização só ocorrerá no horário de trabalho normal da CONTRATADA.

6.4 - Cumprir fielmente o Contrato, de modo que os serviços avencidos mantenham os elevadores em condição de perfeito e regular funcionamento.

6.5 - Recrutar em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, os empregados necessários a perfeita execução dos serviços, objeto contratual, cabendo-lhe efetuar todos os pagamentos de salários e arcar com todos os encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários, inclusive responsabilidade decorrentes de acidentes, indenizações, seguros e quaisquer outras decorrentes da sua condição de empregador.

J. M. N. F.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

6.6. - Fornecer aos seus técnicos todas as ferramentas e instrumentos necessários a execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis a manutenção dos elevadores.

6.7 - Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo CONTRATANTE, quanto aos serviços contratados.

6.8 - Ressarcir de eventuais prejuízos causados ao CONTRATANTE e/ou a terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou cometidas por seus empregados, convenientes ou prepostos, independentemente de outras cominações legais ou contratuais a que estiver sujeita.

6.9 - Com relação a consertos e substituições, abrangendo todos os serviços, peças e componentes que não tenham por origem o desgaste pelo uso normal e /ou que não sejam provenientes de atos e responsabilidades da CONTRATADA, assim como, entre outros, os decorrentes de partes faltantes, retiradas, subtraídas, desgastadas ou danificadas propositadamente ou por uso inadequado, ou ainda por condições anormais de voltagem, ciclagem, temperatura ou umidade, em consequência de atos de empregados do CONTRATANTE ou de terceiros, bem assim, por casos fortuitos ou força maior, emitirá a CONTRATADA um orçamento, o qual, somente poderá ser executado com a prévia anuência do CONTRATANTE.

6.10 – Fornecer os diversos tipos de Lubrificantes ATLAS SCHINDLER de acordo com as especificações técnicas do projeto, objetivando maior vida útil para os equipamentos

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 - Permitir acesso dos técnicos da ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A, aos elevadores, colaborando para a tomada de medidas necessária à prestação de serviços, exigindo sempre a carteira de identificação funcional.

7.2 - Não permitir que terceiros tenham acesso à casa de máquinas e demais instalações dos elevadores.

7.3 - Não permitir depósito de materiais alheios aos elevadores na casa de máquinas e poços, conservando a escada ou viá de acesso livres.

7.4 - Não trocar ou alterar peças do elevador, sem autorização expressa da Assistência Técnica Atlas Schindler.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

7.5 - Visar a ficha de serviços por ocasião das visitas dos técnicos para a prestação de serviços especificados neste Instrumento.

7.6 - Autorizar a colocação de peças ou acessórios exigidos por Lei ou determinações de autoridades competentes.

7.7 - Autorizar a execução dos serviços ou substituição de peças extras que a Assistência Técnica Atlas Schindler entender necessários ao eficiente funcionamento dos elevadores ou, não o fazendo, assumir integral responsabilidade que desse ato resultar.

7.8 - Só permitir a retirada de qualquer componente do elevador mediante recibo, em impresso próprio da Assistência Técnica Atlas Schindler, salvo se houver substituição no ato do serviço.

7.9 - Cumprir rigorosamente a orientação técnica da Assistência Técnica Atlas Schindler.

7.10 - Arcar com o ônus de substituição de lâmpadas, reatores, "starters" e baterias.

7.11 - Executar os serviços necessários para a segurança e eficiente funcionamento dos equipamentos alheios à especialidade da Assistência Técnica Schindler.

7.12 - Quando da visita dos técnicos da CONTRATADA, para execução de trabalhos decorrentes do presente Contrato, o CONTRATANTE mandará afixar, nas portas do(s) elevador(es), objeto do trabalho, as placas de advertência "Elevador sob Assistência Técnica", as quais deverão ser solicitadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA.

7.13 - Designar servidor responsável pelo acompanhamento dos serviços, que procederá rigorosa fiscalização da execução do Contrato, devendo registrar formalmente as irregularidades havidas, dando conhecimento por relatório a autoridade superior, sob pena de responsabilidade.

CLÁUSULA OITAVA - DAS RESPONSABILIDADES

8.1 - Não caberá à Assistência Técnica Atlas Schindler responsabilidade alguma por qualquer acidente pessoal ou patrimonial ocorrido a terceiros, exceto os que possam ser atribuídos direta ou exclusivamente a atos ou omissões de seus prepostos, não podendo, assim,



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

o presente instrumento, afetar a responsabilidade que assiste ao CONTRATANTE por acidente que possa ocorrer a terceiros quando estiverem sendo transportados ou se encontrarem próximos ou dentro dos elevadores.

8.2 - A Assistência Técnica Atlas Schindler não será responsável por qualquer perda, dano ou atraso resultante de caso fortuito ou força maior.

8.3 - A taxa anual do CREA (Conselho Regional de Eng. e Arquitetura), bem como outras taxas, da mesma espécie, que venham ser criadas no futuro, são de responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - Na hipótese de a CONTRATADA descumprir as obrigações assumidas neste contrato, no todo ou parte, ficará sujeita, a juízo do Contratante as sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal n.8.666/93.

9.2 - O atraso injustificado na execução do Contrato, art.86 da Lei n.8.666/93, acarretará as seguintes multas;

9.2.1 - Atraso de 05 (cinco) dias, multa de 0,5%(meio por cento) sobre o valor total deste contrato;

9.2.2 - Atraso superior a 05 (cinco) dias, multa de 1%(um por cento) sobre o valor total deste contrato;

9.2.3 - Suspensão temporária de participar em licitação ou impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo período de 02(dois) anos, no caso de reincidência de falta penalizado através de multa;

9.2.4 - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos previstos no item 9.2.3 desta Cláusula ou até que seja promovida a reabilitação, perante a autoridade que aplicou a penalidade.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 O CONTRATANTE, poderá rescindir este Contrato, devendo os motivos serem formalmente motivados nos autos do Processo, assegurando o contraditório e ampla defesa no prazo de 05(cinco) dias corridos quando:

a) A CONTRATADA pedir concordata, falir ou dissolver-se observadas as disposições legais;



ESTADO DO PARÁ

MINISTÉRIO PÚBLICO

- b) A lentidão do seu cumprimento, levando o **CONTRATANTE** a comprovar a impossibilidade da prestação do serviço, sem justa causa;
- c) A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à administração;
- d) Se o **CONTRATANTE** não comunicar formalmente a **CONTRATADA**, qualquer alteração do endereço descrito na Cláusula Segunda ;
- e) Por falta de pagamento pelo **CONTRATANTE**;
- f) Na constatação de qualquer outra hipótese prevista no art.78, da Lei nº8.666/93, na forma do art.79, do mesmo diploma legal.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA FORÇA MAIOR
OU DO CASO FORTUITO**

11.1- Entende-se por caso fortuito ou força maior acontecimentos excepcionais, imprevisíveis à juízo da autoridade Pública, que fujam ao controle razoável de qualquer parte interessada que, mesmo agindo diligentemente, não consiga impedir sua ocorrência;

11.2- O termo "Força Maior" também deve incluir qualquer atraso causado por legislação ou regulamentação, por ação ou omissão do **CONTRATANTE** que venha ocasionar atrasos a **CONTRATADA**.

11.3- Se a **CONTRATADA** ficar temporariamente impossibilitada total ou parcialmente, por motivos de força maior ou caso fortuito, de cumprir os deveres e responsabilidades relativos a sua execução, deverá comunicar imediatamente a existência desses motivos ao **CONTRATANTE**. Enquanto perdurarem os motivos de força maior ou de caso fortuito, cessarão seus deveres e responsabilidades relativos à sua execução, ficando também suspensos os pagamentos devidos pelo **CONTRATANTE**.

11.4- O tempo especificado pelo contrato para a sua vigência deverá ser estendido por igual período que seja necessário para compensar o tempo de interrupção causado pelo motivo de Força Maior ou de Caso Fortuito. Qualquer dúvida com respeito a esta extensão de prazo será devidamente acertada por concordância mútua, entre o **CONTRATANTE** e a **CONTRATADA**, visando encontrar a melhor solução para ambas as partes. Se o impedimento causado por motivo de Força Maior ou de Caso Fortuito estender-se por prazo superior a 03(três) meses, impossibilitando o cumprimento do Contrato, o **CONTRATANTE** poderá

53.11.08
J. W. S.



ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO

rescindi-lo no todo ou em parte, mediante notificação por escrito a CONTRATADA.

11.5- O comunicado sobre "Força Maior ou Caso Fortuito" será julgado quando do recebimento deste, quando então o CONTRATANTE decidirá sobre a aceitação ou não do fato como "Força Maior ou Caso Fortuito" e podendo o CONTRATANTE contestar em fase ulterior a veracidade da ocorrência real.

11.5.1 - O CONTRATANTE mesmo se aceitar o comunicado do fato como "Caso Fortuito ou Força Maior", poderá contestar em fase ulterior a veracidade da ocorrência real do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

A interpretação e execução deste Contrato serão regidas pelas leis Brasileiras perante a Justiça Estadual, no Foro da Comarca de Belém, onde serão dirimidas todas as controvérsias oriundas deste Contrato.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias, de igual teor e para um único efeito, conjuntamente com as testemunhas a seguir, a todo o ato presente, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se a cumprir e fazer cumprir o presente Contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Belém Pa, 16 de maio de 2003

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ
Contratante

ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A
Contratada

Testemunhas

1. Mônica Jucá CIC/MF nº
2. Francisco Dantas CIC/MF nº

Praca, esta autorizado o Sr. Leiloeiro Publico a proceder ao Leilão do(s) referido(s) bem(ns) pela melhor oferta, podendo o pagamento ser parcelado, mediante proposta pelo interessado, nos termos do Provimento CR-No. 15/96. Quem pretender arrematara dito(s) bem(ns), deverá comparecer no dia, hora e local acima mencionados, ficando ciente de que deverá garantir o lance com o sinal de 20% (Vinte por cento) de seu valor. E para que chegue ao conhecimento dos interessados, e passado o presente EDITAL, que sera publicado no Diário Oficial do Estado do Pará e afixado no lugar de costume, na sede desta Vara Trabalhista, ficando desde ja o(as) executado(as) ciente da realização da referida Praca em caso de não recebimento da devolutiva da notificação por via postal.

DADO E PASSADO nessa cidade de BELEM_PA, em 21 de maio de 2003. Eu.....
MARIA MADALENA FARIAS GOMES, DIRETOR(a) DE SECRETARIA, subscritiva.

O(a) Juiz(a): MARY ANNE A. CAMELIER MEDRADO

JUIZ(TITULAR)

10º VARA DO TRABALHO DE BELEM

Juiz Titular: CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR.
Diretor de Secretaria: Francisco José Figueiredo Cardoso.
Correio eletrônico: vti10belm.secrtr@gov.br

DECISÕES DO JUIZ TITULAR

NOS PROCESSOS ABIXO, O EXCELENTESSIMO JUIZ TITULAR DA MM. 10º VARA DO TRABALHO DE BELEM, PROFERIU A SEGUINTE DECISÃO:
DECISÃO-EXTINGO O PROCESSO SEM JUGAMENTO DO MÉRITO, NOS TERMOS DO ART 267, IV DO CPC, POIS NÃO OBSERVADAS AS EXIGÊNCIAS CONTIDAS NO PROVIMENTO REGIONAL N° 02/2002.

PROCESSO: 0766.2003.010.08.00.9.
Reclamante: LOURENCO SILVA.

Adv.: Dr. Fernando Conceição do Vale Corrêa Júnior (OAB/PA nº. 7.855).

Reclamada: AMAZON CAT FISH.

PROCESSO: 0767.2003.010.08.00.3.

Reclamante: DIONI HELENA COSTA BATALHA.

Adv.: Dr. Fernando Conceição do Vale Corrêa Júnior (OAB/PA nº. 7.855).

Reclamada: AMAZON CAT FISH.

PROCESSO: 0768.2003.010.08.00.8.

Reclamante: CRISTINA DOS SANTOS FILGUEIRAS.

Adv.: Dr. Fernando Conceição do Vale Corrêa Júnior (OAB/PA nº. 7.855).

Reclamada: AMAZON CAT FISH.

PROCESSO: 0770.2003.010.08.00.7.

Reclamante: NELSON DA ASSUNÇÃO LIMA.

Adv.: Dr. Ricardo Jerônimo de Oliveira Fróes (OAB/PA nº. 8.376).

Reclamada: AMAZON CAT FISH LTD.

PROCESSO: 0775.2003.010.08.00.3.

Reclamante: MARIA DE BELÉM DO SOCORRO FERREIRA MACIEL.

Adv.: Dra. Olga Bayma da Costa (OAB/PA nº. 717).

Reclamadas: PRÓ VIDA SERVIÇOS MÉDICOS LTDA.; JOÃO DIÓGENES DE MORAES JÚNIOR; PAULO AMORIL e MARILENE DANTAS.

PROCESSO: 0777.2003.010.08.00.9.

Reclamante: WALQUIRIA PASTANA LOPES.

Adv.: Dr. Sebastião Pinheira da Silva (OAB/PA nº. 7.147).

Reclamada: SINHÁ NORTE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

RESENHA DA 10ª VARA DE BELEM

JUIZ TITULAR: CARLOS RODRIGUES ZAHLOUTH JÚNIOR
JUIZA AUXILIAR: LÉA HELENA PESSOA DOS SANTOS SARMENTO
trt10belm.secrtr@gov.br

DECISÃO Do JUIZ TITULAR

PROCESSO: 10º VTB-0074/2002-2
EMBARGANTE-SISCIM - SISTEMA DE COBRANÇA MODULAR S/C LTDA
Adv.: Dr. PAULO BRITO CHERMONT (OAB/PA P.34)
EMBARGADA: ROBERTA GURGEL LUSTOSA BRIGIDA
Adv.: Dr. CARLOS AUGUSTO VASCONCELOS (OAB/PA 9.360)
DECISÃO:
INDEFIRO LIMINARMENTE OS EMBARGOS OPOSTOS.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO

PORTARIA N° 1019/2003-PGJ
O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E:
SUSPENDER por necessidade de serviço as férias do Procurador de Justiça ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, estabelecidas pela Portaria no 674/2003-PGJ, de 02/04/2003, em 06/05 a 03/07/2003, no período de 26/05 a 06/06/2003, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 22 de maio de 2003.
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1020/2003-PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E:
DESIGNAR o Procurador de Justiça ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, para responder pela Secretaria Geral do Ministério Público do Estado do Pará, durante o afastamento do titular.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 22 de maio de 2003.
FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA
Procurador-Geral de Justiça

INTERNET: www.ioepa.com.br

PORTARIA N° 1021/2003-PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais, R E S O L V E:
DESIGNAR o Promotor de Justiça de 3a Entrância JORGE DE MENDONÇA ROCHA para responder pela Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, durante o afastamento do titular.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 22 de maio de 2003.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1003/2003-PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais RESOLVE:
AUTORIZAR o Promotor de Justiça, Corregedor-Geral do Ministério Público LUIZ ISMAELINO VALENTE, nos termos do artigo 105, da Lei Complementar nº 01, de 10.11.1982, afastar-se da sede, em viagem de inspeção às Promotorias de Justiça de Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Isabel do Pará e Castanhali, no dia 20.05.2003.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 20 de maio de 2003.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1004/2003-PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais RESOLVE:

AUTORIZAR o Promotor de Justiça de 3º Entrância WALDIR MACIEIRA DA COSTA FILHO, nos termos do artigo 117, inciso III da Lei Complementar nº 01, de 10.11.1982, afastar-se de suas funções, a fim de participar como palestrante e em mesa de debate sobre o tema "Portadores de Deficiência e a Mobilidade Urbana" no 3º Seminário de Preservação da Vida no Trânsito, que será realizado na cidade de Floraípolis-SC, nos dias 20 e 21.05.2003.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 20 de maio de 2003.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 893/2003-PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais RESOLVE:

AUTORIZAR o Promotor de Justiça de 2º Entrância MÁRIO SAMPAIO NETTO CHERMONT, nos termos do artigo 105, da Lei Complementar nº 01, de 10.11.1982, afastar-se da comarca, a fim de comparecer a audiência judicial relativa ao processo onde figura como parte o senhor Rubens Fernandes Pires, que será realizada na comarca de Muñá, no período de 20 a 22.05.2003.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 02 de maio de 2003.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 965/2003-PGJ

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, usando de suas atribuições legais RESOLVE:

AUTORIZAR os Promotores de Justiça MARIA CÉLIA PILOCREAO GONÇALVES, MARIA JOSÉ LOBATO ROSSI, LUIS CLAUDIO PINHO e SAMIR TADEU MORAES DAHAS JORGES, a deslocarem-se no município de Bragança, no período de 28 a 27.05.2003, para participarem do Mutirão de Execução Penal no Centro de Reaperação Regional daquela comarca.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA, em Belém, 13 de maio de 2003.

FRANCISCO BARBOSA DE OLIVEIRA

Procurador-Geral de Justiça

EXTRATO DE CONTRATO

Número do Contrato: 006/2003-MP/PA.

Partes Contrantes: Ministério Público do Estado do Pará-CGC/MF nº 05.054.960/0001-58 e a empresa Elevadores Atiba Schindler S/A-CGC/MF nº 00.028.986/0001-08.

Objeto do Contrato: a prestação de serviços de manutenção e assistência técnica em 03 (três) elevadores de marca Atiba Schindler.

Modalidade de Licitação : Inexistibilidade (art.25, I)

Termo inicial e final do Contrato: 16.05.2003 a 15.05.2004

Valor do Contrato: R\$ 2.835,25 (Dois mil, oitocentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos) mensal.

Dotação Orçamentária: Avulsa: 12101.03.122.0125.2902

Elemento de despesa: 3390-39

Data da Assinatura: 16.05.2003

Orçamento de Despesa: Dr. Francisco Barbosa de Oliveira

Foro: Belém-PA

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

PORTARIA N° 1.001

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, nos termos da decisão exarada no Processo Administrativo n.º 7.397, de 29/04/2003, RESOLVE: Art. 1º - AUTORIZAR a participação dos servidores deste Regional ROBERTO SOUSA DA COSTA, Coordenador de Controle Interno, MIGUEL CHICRE BITAR DE MORAES, Chefe da Seção de Auditoria, EVANDRO MOREIRA RAMOS, Assistente da Seção de Auditoria, e ROSÁLIA CONCEIÇÃO CANTÃO DOS SANTOS, Analista Judiciária, da Área de Atividade Judiciária, louada na CCI, no curso sobre "AUDITORIA INTERNA", que será realizado no período de 12 a 30/05/2003, no horário das 8h30 às 12h30, promovido pela UFPA, através do

Centro de Capacitação - CAPACIT, neste Capital; Art. 2º - DETERMINAR aos referidos servidores que a complementação da jornada de trabalho seja realizada em suas respectivas unidades de lotação; Art. 3º - Publique e registre-se.

Belém, 16 de maio de 2003.

LEÔNIDAS MONTEIRO GONÇALVES

PORTARIA N° 4.855

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL Regional Eleitoral do Pará, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e à vista das decisões exaradas nos Memorandos n.º 01/2003-COF/03/2003-CMP-44/2003-CJI e 031/2003-SU/GAB, Ofício n.º 26/2003-77-ZE, protocolado sob o nº 7.994/2003 e em expediente datado de 14.05.2003, RESOLVE: Art. 1º Designar os servidores do Quadro de Pessoal Permanente da Secretaria deste Tribunal, abaixo nomeados, para responder pelas Funções Comissionadas e Cargo em Contorno indicados, consolidando os atos praticados pelos mesmos: I - PEDRO ARMANDO BARRA DA MOTA FILHO, Assistente da Seção de Programação Organizatória e Financeira, cumulativamente, pela Chefia de Operações de Computadores e Suporte em substituição à servidora Maria Aparecida Almeida Pinto, a partir de 12.05.2003, até o retorno do titular; II - IZABEL CRISTINA PIMENTA DA COSTA, Chefe da Seção de Orientação, Acompanhamento e Avaliação, cumulativamente, pela Coordenação de Controle Interno em substituição à servidora Michelle Baptista Lúcia de Melo e Silva, no período de 14 a 23.05.2003; III - LAÍLA DENAZARÉ BRABO DO PRADO, Técnico Judiciário da Área de Apoio Especializado em Operação de Computadores pela Chefia da Seção de Produção e Suporte em substituição ao servidor Arnaldo Rocha Duarte, a partir de 14.05.2003, até o retorno do titular; IV - MÁRCIA DE NAZARÉ PAMPOLHA SANTOS, Analista Judiciário da Área Judiciária pela Chefia de Cartório da 77ª Zona Eleitoral em substituição à servidora Ruimunda Conceição Tavares Souza, no dia 23.04.2003; V - LETÍCIA MOURA ALVES, Assistente da Seção de Análise e Conferência, cumulativamente, pela Chefia da referida Seção em substituição ao servidor Renato de Albuquerque Neves, no dia 15.05.2003; Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 19 de maio de 2003.

Desembargadora ALBANIRA LOBATO BEMERGUY

PORTARIA N° 4.855

O DIRETOR GERAL DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARÁ, nos termos da decisão exarada no Processo Administrativo n.º 8.623, de 13/05/2003, RESOLVE: Art. 1º- AUTORIZAR a realização de despesas com DIÁRIAS, no valor total de: R\$ 1.710,45 (mil, setecentos e dez reais e quarenta e cinco centavos), conforme quadro anexo, com fundamento no art. 58, caput e § 1º da Lei n.º 8.112/90 e Resolução TSE n.º 20.251/98, para o Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral deste Regional, Desembargador ROMULO JOSÉ FERREIRA NUNES e Assessora da Corregedoria CRISTIANNE DE CAMPOS CORRÊA, tendo em vista seus deslocamentos para participarem do 8º REUNIÃO DO COLÉGIO DE CORREGEDORES DOS TRIBUNAIS ELEITORAIS DO BRASIL - AULA INAUGURAL DA ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DO ESTADO DO PARANÁ, nos dias 12 e 13/06/2003, na cidade de Curitiba/PR. Art.2º - CONCEDER PASSAGENS AÉREAS aos participantes no trecho BELÉM/CURITIBÁ/BELEM, cuja utilização será comprovada através da devolução do cartão de embarque e do bilhete de passageiro, conforme dispõe o art. 11 da Resolução n.º 20.251, de 24/06/98, da Coordenação de Orçamento e Finanças/COF, no prazo de 03 (três) dias contados a partir do término à sede; Art. 3º - DETERMINAR o pagamento das respectivas despesas através do Programa de Trabalho - ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADES (89261) - DIÁRIAS (339014) e PASSAGENS AÉREAS (319037).Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Belém, 20 de maio de 2003.

LEÔNIDAS MONTEIRO GONÇALVES

ANEXO À PORTARIA N° 4.855/2003

Nome: Rômulo José Ferreira Nunes	Quantidade de Diárias: 3,5
Cargo:	Bruto: 808,50
Lotação: Corregedoria Regional Eleitoral	Adicional de Desloc.(2): 132,00
Função: Vice-Presidente do Tribunal	Desc. Aux. Aliment.(3): 0,00
Diária Unit: R\$ 231,00 (1)	Desc. Aux.Transp.(4): 0,00
Origem: Belém	Líquido: 940,50
Destino: Curitiba- PR	
Parida: 11/06/2003	
Retorno: 14/06/2003	
	(3) Não descontado
	(4) Não descontado
	Total do Cálculo R\$1.710,45

Nome: Cristiane de Campos Corrêa
Cargo:
Lotação: Assessoria da Corregedoria
Função: Assessor de Corregedoria
Diária Unit: R\$ 198,00 (1)
Origem: Belém
Destino: Curitiba- PR
Parida: 11/06/2003
Retorno: 14/06/2003
(3) x 18,35
(4) Não descontado
Total do Cálculo R\$1.710,45

(1) Anexo da Resolução TSE 20.251/98
(2) Art. 10, Resolução TSE 20.251/98
(3) Portaria TSE 118/02
(4) Parágrafo Único, Art. 9º, Resolução TSE 20.430/99

PORTARIA N° 4.856

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL Regional Eleitoral do Pará, no uso das atribuições que lhe confere o art. 33, item XVII, do Regimento Interno, em cumprimento ao decretivo da 28ª Sessão Ordinária Administrativa, realizada em 20.05.2003, RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o Dr. MANOEL MARIA BARROS COSTA, para responder pela 24ª Zona - Conceição do Araguaia, com efeitos a partir de 12.05.2003, até a

retorno do titular, com a comprovação dos atos praticados. Art. 2º. Esta portaria

entra em vigor na data de sua publicação.

Belém, 20 de maio de 2003.

Desembargadora ALBANIRA LOBATO BEMERGUY

Arq. de Gestão de Contratos



**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO**

**5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 007/2003-MP/PA,
CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO
DO PARÁ E A EMPRESA DAMOVO DO BRASIL S/A.**

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato nº 007/2003-MP/PA, firmado entre o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, com sede em Belém à Rua João Diogo nº. 100, inscrito no CGC/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Exmº Sr. Dr. Procurador-Geral de Justiça, **GERALDO DE MENDONÇA ROCHA**, brasileiro, portador do CPF/MF nº. 055.383.782-68 e CI 060 MP/PA, residente e domiciliado nesta cidade, e a Empresa **DAMOVO DO BRASIL S/A.**, sediada à Alameda Santos nº. 200, Térreo ao 6º andar, Bairro Cerqueira César, CEP: 01.416-000, São Paulo-SP, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 56.795.362/0001-70, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo **Sr. JOÃO OLIVEIRA RODRIGUES**, brasileiro, viúvo, residente e domiciliado nesta cidade, portador do RG nº. 30.777.42 SEGUP/PA e do CIC/MF nº 015.713.542-04, têm entre si, justas as cláusulas e condições seguintes objeto do presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA PRIMEIRA

Ficam alteradas as Cláusulas Nona, Décima Primeira e Décima Segunda do Contrato Original que tratam do Pagamento, da Vigência e dos Recursos Financeiros, respectivamente.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor pago para prestação dos serviços fica reajustado em 12,14% referente à variação no período acumulado dos últimos doze meses do índice IGP-DI, publicado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas-FGV, cujo valor mensal do Contrato de **R\$ 1.837,92 (um mil, oitocentos e trinta e sete reais e noventa e dois centavos)**, passará para **R\$ 2.061,04 (dois mil e sessenta e um reais e quatro centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato original por mais 03 (três) meses, a contar de **10.06.2008**.

CLÁUSULA QUARTA

Face a mudança do exercício financeiro os recursos para atender as despesas as despesas com o contrato passam a ser:

Atividade: 12101.03.122.1237.4507 – Melhoramento de Unidades do Ministério Público.

Elemento de Despesa: 3390.39 – Outros Serviços de Terceiro – Pessoa Jurídica.

Fonte: 01 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem inalteradas e ficam por este Termo ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato Original, não modificadas pelo presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e accordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Belém, 09 de junho de 2008.

Geraldo de Mendonça Rocha
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

CONTRATANTE

José Luiz
DAMOVO DO BRASIL S/A

CONTRATADA

Testemunhas:

1 - *José Luiz*
RG nº 2360 - CR/PA / PA

2 - *Rubens Fernandes Rocha*
RG nº 7860005 - PC/PA / PA

2ª ENTRÂNCIA
PROMOÇÃO - 02 VAGAS

Nº CARGO	CRITÉRIO
1 2º PJ DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA	MERCIMENTO
2 3º PJ DE ITAITUBA *	ANTIGÜIDADE

* Ressalva-se que a vaga está sendo disponibilizada simultaneamente para promoção e remoção e, em havendo interessado à remoção, o certame de promoção ficará prejudicado, nos termos da Súmula nº 002/2007/MP/CSMP, de 30.01.2007.

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.
GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ROL DE INSCRITOS Nº 013/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO o rol dos Promotores de Justiça Inscritos no concurso de remoção na 1ª entrância, aberto através do Edital nº 013/2008-CSMP, publicado no D.O.E. de 03.06.2008:

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ROL DE INSCRITOS Nº 011/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO o rol dos Promotores de Justiça Inscritos no concurso de remoção na 2ª entrância, aberto através do Edital nº 011/2008-CSMP, publicado no D.O.E. de 03.06.2008:

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

01 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ALTAMIRA - REMOÇÃO - MERCIMENTO
PROCESO Nº 021/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO
1	CARMEN BURLE DA MOTA	13/06/2008	17401/2008
2	ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO	13/06/2008	17464/2008
3	VIVIANE LOBATO SOBRAL	13/06/2008	17466/2008

Total: 03 Inscritos

> PROMOTOR DE JUSTIÇA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - REMOÇÃO
- ANTIGÜIDADE
PROCESO Nº 022/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO
NÃO HOUVE INSCRITOS			

03 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA CRIMINAL DE MARABÁ - REMOÇÃO - MERCIMENTO
PROCESO Nº 023/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO
1	DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO	04/06/2008	16279/2008
2	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR	10/06/2008	16909/2008
3	CARLOS EUGÉNIO RODRIGUES S. DOS SANTOS	10/06/2008	16955/2008
4	IONA SILVA DE SOUSA	11/06/2008	17172/2008
5	DANIELA SOUZA FILHO MOURA	12/06/2008	17225/2008
6	CARMEN BURLE DA MOTA	13/06/2008	17403/2008
7	VIVIANE LOBATO SOBRAL	13/06/2008	17463/2008
8	ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO	13/06/2008	17465/2008

Total: 08 Inscritos

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ROL DE INSCRITOS Nº 012/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO que, **fica prejudicado** o Rol de Inscritos nº 012/2008-CSMP, referente a concurso de promoção à 2ª entrância, publicado no D.O.E. de 03.06.2008, conforme Edital nº 017/2008-CSMP, publicado no D.O.E. de 13.06.2008.

01 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ALTAMIRA - PROMOÇÃO - ANTIGÜIDADE

CERTAME PREJUDICADO

02 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PROMOÇÃO - MERCIMENTO

CERTAME PREJUDICADO

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ROL DE INSCRITOS Nº 013/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO o rol dos Promotores de Justiça Inscritos no concurso de remoção na 1ª entrância, aberto através do Edital nº 013/2008-CSMP, publicado no D.O.E. de 03.06.2008:

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ROL DE INSCRITOS Nº 011/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO o rol dos Promotores de Justiça Inscritos no concurso de remoção na 2ª entrância, aberto através do Edital nº 011/2008-CSMP, publicado no D.O.E. de 03.06.2008:

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

01 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ALTAMIRA - REMOÇÃO - MERCIMENTO
PROCESO Nº 021/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO
1	CARMEN BURLE DA MOTA	13/06/2008	17401/2008
2	ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO	13/06/2008	17464/2008
3	VIVIANE LOBATO SOBRAL	13/06/2008	17466/2008

Total: 03 Inscritos

> PROMOTOR DE JUSTIÇA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - REMOÇÃO
- ANTIGÜIDADE
PROCESO Nº 022/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO
NÃO HOUVE INSCRITOS			

02 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA CRIMINAL DE MARABÁ - REMOÇÃO - MERCIMENTO
PROCESO Nº 023/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO
1	DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO	04/06/2008	16279/2008
2	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR	10/06/2008	16909/2008
3	CARLOS EUGÉNIO RODRIGUES S. DOS SANTOS	10/06/2008	16955/2008
4	IONA SILVA DE SOUSA	11/06/2008	17172/2008
5	DANIELA SOUZA FILHO MOURA	12/06/2008	17225/2008
6	CARMEN BURLE DA MOTA	13/06/2008	17403/2008
7	VIVIANE LOBATO SOBRAL	13/06/2008	17463/2008
8	ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO	13/06/2008	17465/2008

Total: 08 Inscritos

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ROL DE INSCRITOS Nº 012/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO que, **fica prejudicado** o Rol de Inscritos nº 012/2008-CSMP, referente a concurso de promoção à 2ª entrância, publicado no D.O.E. de 03.06.2008, conforme Edital nº 017/2008-CSMP, publicado no D.O.E. de 13.06.2008.

01 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ALTAMIRA - PROMOÇÃO - ANTIGÜIDADE

CERTAME PREJUDICADO

02 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PROMOÇÃO - MERCIMENTO

CERTAME PREJUDICADO

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ROL DE INSCRITOS Nº 011/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO o rol dos Promotores de Justiça Inscritos no concurso de remoção na 1ª entrância, aberto através do Edital nº 011/2008-CSMP, publicado no D.O.E. de 03.06.2008:

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

01 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ALTAMIRA - REMOÇÃO - MERCIMENTO
PROCESO Nº 021/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO
1	CARMEN BURLE DA MOTA	13/06/2008	17401/2008
2	ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO	13/06/2008	17464/2008
3	VIVIANE LOBATO SOBRAL	13/06/2008	17466/2008

Total: 03 Inscritos

> PROMOTOR DE JUSTIÇA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - REMOÇÃO - ANTIGÜIDADE
PROCESO Nº 022/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO
NÃO HOUVE INSCRITOS			

03 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA CRIMINAL DE MARABÁ - REMOÇÃO - MERCIMENTO
PROCESO Nº 023/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO
1	DANIEL HENRIQUE QUEIROZ DE AZEVEDO	04/06/2008	16279/2008
2	LAURO FRANCISCO DA SILVA FREITAS JUNIOR	10/06/2008	16909/2008
3	CARLOS EUGÉNIO RODRIGUES S. DOS SANTOS	10/06/2008	16955/2008
4	IONA SILVA DE SOUSA	11/06/2008	17172/2008
5	DANIELA SOUZA FILHO MOURA	12/06/2008	17225/2008
6	CARMEN BURLE DA MOTA	13/06/2008	17403/2008
7	VIVIANE LOBATO SOBRAL	13/06/2008	17463/2008
8	ANDRÉA MOURA SANTOS SAMPAIO	13/06/2008	17465/2008

Total: 08 Inscritos

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ROL DE INSCRITOS Nº 012/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO que, **fica prejudicado** o Rol de Inscritos nº 012/2008-CSMP, referente a concurso de promoção à 2ª entrância, publicado no D.O.E. de 03.06.2008, conforme Edital nº 017/2008-CSMP, publicado no D.O.E. de 13.06.2008.

01 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ALTAMIRA - PROMOÇÃO - ANTIGÜIDADE

CERTAME PREJUDICADO

02 2º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA - PROMOÇÃO - MERCIMENTO

CERTAME PREJUDICADO

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA

Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

ROL DE INSCRITOS Nº 011/2008-CSMP

O PRESIDENTE DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no art. 88, § 4º e art. 98, caput, da Lei Complementar nº 057/2006, TORNA PÚBLICO o rol dos Promotores de Justiça Inscritos no concurso de remoção na 1ª entrância, aberto através do Edital nº 011/2008-CSMP, publicado no D.O.E. de 03.06.2008:

Belém-Pa, 16 de junho de 2008.

GERALDO DE MENDONÇA ROCHA
Procurador-Geral de Justiça

Presidente do Conselho Superior do Ministério Público

01 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE ALTAMIRA - REMOÇÃO - MERCIMENTO
PROCESO Nº 021/2008-CSMP

Nº	PROMOTOR DE JUSTIÇA	DATA DE INSCRIÇÃO	PROTÓCOLO

<tbl_r cells="4" ix="3



**ESTADO DO PARÁ
MINISTÉRIO PÚBLICO**

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 006/2003-MP/PA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ E A EMPRESA ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A.

Pelo presente Termo Aditivo ao Contrato nº. 006/2003-MP/PA, firmado entre o MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 05.054.960/0001-58, com sede em Belém, à Rua João Diogo nº. 100, bairro da Cidade Velha, neste ato representado pelo Exmº Sr. Dr. Procurador-Geral de Justiça, GERALDO DE MENDONÇA ROCHA, brasileiro, portador do CIC/MF nº. 055.383.782-68 e CI 060 - MP/PA, residente e domiciliado nesta cidade, e a Empresa ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.028.986/0015-03, com filial nesta cidade Rua Antônio Barreto, nº. 1260, Bairro Umarizal, CEP: 66.060-020, Belém - PA, neste ato representada pelo Sr. EDUARDO PAULINO DA SILVA, brasileiro, portador do CPF/MF nº. 563.866.136-00 e do RG nº. 3174607-SSP/MG, residente e domiciliado nesta Cidade, têm por justas as seguintes cláusulas e condições, objeto do referido instrumento:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Terceira, Quarta e Quinta do Contrato Original, que tratam do Valor, dos Recursos financeiros e do Prazo de Vigência, respectivamente.

CLÁUSULA SEGUNDA

O valor mensal para prestação dos serviços, fica reajustado em 10,24% (dez vírgula vinte e quatro por cento) com base no índice do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas acumulado dos últimos 12 meses, cujo valor mensal do Contrato de R\$ 3.629,03 (três mil seiscentos e vinte e nove reais e três centavos), passará para R\$ 4.000,64 (quatro mil reais e sessenta e quatro centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Original por mais 03 (três) meses, a contar de 16.05.2008 de conformidade com o disposto no § 4º do artigo 57 da Lei Federal nº. 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA

Para fazer frente às despesas oriundas da presente avença, o Ministério Público valer-se-á de recursos financeiros oriundos da seguinte dotação orçamentária:

Atividade: 121010312212374507 – Melhoramento de Unidades do Ministério Público;

Elemento: 3390.39 – OST – Pessoa Jurídica;

Fonte: 01 – Recursos Ordinários.

CLÁUSULA QUINTA

Permanecem inalteradas e ficam por este Termo ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato original, não modificadas pelo presente acordo.

E por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo elencadas.

Belém-PA, 14 de maio de 2008.

Geraldo Mendonça Rocha *OT*
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ ELEVADORES ATLAS SCHINDLER S/A.

Contratante/Contratada

Testemunhas:

1) *Nárcio P. G. Solimões* 2) *Locutor*

RG nº. 3.719.583 SSP/PA RG nº. 2813562

ÓRGÃOS

CENTRO DE PERÍCIA CIENTÍFICAS
RENATO CHAVES

EXTRATO DE CONTRATO

Nº do Contrato: 010/2008-MP/PA.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 005/2008-MP/PA.

Partes: Ministério Público do Estado do Pará e a empresa Bom Bons e Descartáveis Ltda.

Objeto: Registro de preços para aquisição de papel para expediente.

Vigência: 20/05/2008 a 19/05/2009.

Valor: R\$ 39.840,00 (trinta e nove mil, oitocentos e quarenta reais) anual estimado.

Dotação Orçamentária: Atividade: 12101.03.122.0125.4534,

Elemento de Despesa: 3390-30.

Fonte de Recursos: 01

Foro: Belém

Data da Assinatura: 19/05/2008

Ordenador Responsável: Geraldo de Mendonça Rocha.

Endereço do Contratado: Boco da Piedade nº. 32, Reduto,

Belém - Pará, CEP 66.053-220.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº da Ata de Registro de Preços: 007/2008-MP/PA.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 005/2008-MP/PA.

Partes Contratantes: Ministério Público do Estado do Pará e a

empresa Bom Bons e Descartáveis Ltda

Objeto: Registro de preços para aquisição de papel para

expediente.

Vigência: 20/05/2008 a 19/05/2009.

Preços Registrados:

BEMPRE

NAME: Bom Bons e Descartáveis Ltda

(NP)

NP: 01.500.769/0001-99